



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

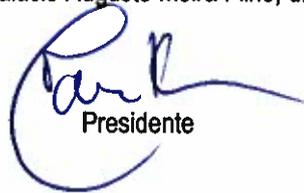
No vigésimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Foi feita inicialmente a leitura dos nomes dos vereadores participantes para verificação de quórum e estes eram: Mauro Freitas, Toré Lima, Zeca Pirão, José Dinelly, Professor Elias, Paulo Queiroz, Igor Andrade, Marciel Manão, Rildo Pessoa, Moa Moraes, Pablo Farah, Amaury da APPD, Joaquim Campos, Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula, Simone Kahwage, Wilson Neto, Fernando Carneiro, Bieco, Adriano Coelho, Gleisson Silva, Émerson Sampaio, Enfermeira Nazaré Lima. Havendo quórum, o presidente abriu a sessão. Passando-se diretamente à Primeira Parte da Ordem do Dia, foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes à 09ª, 14ª, 13ª e 16ª Sessões Ordinárias do 1º Período da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Em seguida, o presidente comunicou à plenária que o vereador Professor Elias, neste parlamento, estava oficialmente no PSB. Fez-se depois a leitura do requerimento de autoria do vereador Moa Moraes solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria intitulada "Estado prorroga período de *lockdown* em Belém e em outros nove municípios", que se solicitasse ao prefeito Zenaldo Coutinho a realização de um estudo para que se pudesse reabrir o comércio e as igrejas, estas inicialmente apenas aos domingos, e que também se solicitasse ao governador Hélder Barbalho a criação de um incentivo aos líderes religiosos que tiveram que fechar seus templos e tinham dificuldades para arcar com seus compromissos. O vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem observando que a votação dos requerimentos não estava seguindo a sequência que lhe fora anteriormente fornecida pela Diretoria Legislativa. O presidente informou que a ordem estava sendo seguida, tendo havido apenas inversões acertadas pelos autores dos requerimentos. O vereador Fernando Carneiro fez então nova Questão de Ordem solicitando saber se o retorno das sessões legislativas presenciais seria definido na Primeira Parte ou na Segunda Parte da Ordem do Dia. O presidente Mauro Freitas respondeu que as Questões de Ordem seriam definidas no intervalo entre a votação dos requerimentos e o início da Segunda Parte da Ordem do Dia. O presidente formulou posteriormente nova Questão de Ordem solicitando que a Câmara Municipal de Belém retomasse de forma parcial seus trabalhos a partir do dia primeiro de junho. Para isso a CMB custearia testes para detectar a Covid-19 a todos os parlamentares, verificando-se assim quais poderiam voltar ao trabalho presencial. Os vereadores que fizessem parte de grupos de risco ou estivessem infectados com o vírus poderiam participar virtualmente das sessões, os demais participariam presencialmente. Não seria permitido o acesso do público nem a presença de assessores no salão plenário - neste ficariam apenas os vereadores e os funcionários necessários à realização da sessão. Além disso, continuou, seria permitido aos vereadores apenas um assessor por gabinete. Haveria ainda a avaliação de tais medidas por parte do setor jurídico da Casa para se verificar se não contrariavam os decretos estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo governo do estado em relação à pandemia. Em seguida, o vereador Pablo Farah solicitou a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Aloísio Fonseca, médico, falecido em decorrência da Covid-19. O presidente respondeu que se faria um minuto de silêncio no momento oportuno, homenageando também outras vítimas da pandemia, conforme solicitações de outros vereadores. Posteriormente, encaminharam a votação do requerimento os vereadores Moa Moraes, Lulu das Comunidades, Marciel Manão, Toré Lima (com apartes dos vereadores Moa Moraes e Zeca Pirão), Joaquim Campos, Émerson Sampaio, Fabrício Gama e Paulo Queiroz. O presidente, em seguida, fez a leitura de algumas propostas de modificação no requerimento: de que o quantitativo de pessoas nos templos durante os cultos e missas fosse estabelecido a partir da distância mínima de 1,5 metros entre cada uma (proposta do vereador Lulu das Comunidades); de que a quantidade de pessoas fosse igual a 20% da capacidade do templo (proposta do vereador Gleisson Silva); de que a quantidade de pessoas fosse de 10% da capacidade do templo, sendo realizadas missas ou cultos de duas em duas horas (proposta do vereador Mauro Freitas). A seguir, fizeram encaminhamentos os vereadores Wilson Neto, Amaury da APPD,

Mauro Freitas, José Dinelly, Igor Andrade, Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima, Gleisson Silva, Sargento Silvano, Simone Kahwage, Nehemias Valentim e Professor Elias. O presidente observou que o tempo estabelecido para a Primeira Parte da Ordem do dia já havia sido ultrapassado e consultou a plenária para definir se o requerimento seria votado logo nesta sessão ou se seria deixada a sua votação para a sessão seguinte. O vereador Fernando Carneiro defendeu que a votação do requerimento fosse deixada para a próxima sessão e se votasse logo a Questão de Ordem exposta anteriormente pelo vereador Mauro Freitas sobre a retomada parcial dos trabalhos legislativos de forma presencial. O vereador Moa Moraes defendeu que se votasse logo o requerimento, fazendo-se um acordo posteriormente quanto às modificações propostas a ele, e em seguida fosse votada a Questão de Ordem do vereador Mauro Freitas. O presidente manifestou concordância com tal proposição. O vereador Émerson Sampaio pediu que se observasse o Regimento Interno da Casa deixando-se a votação do requerimento para a sessão seguinte, uma vez que o tempo destinado à votação de requerimentos já se esgotara. O presidente observou que a ampla maioria dos vereadores era favorável à votação imediata do requerimento e seguiria a vontade da maioria. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com quinze votos favoráveis e doze votos contrários, sem abstenções. Em seguida, foi posta em votação a Questão de Ordem do vereador Mauro Freitas de retorno parcial às sessões legislativas presenciais, conforme fora exposto anteriormente. O vereador Moa Moraes sugeriu que fosse feita uma limpeza completa nas dependências da CMB antes do retorno e que os vereadores pudessem contar não apenas com um, mas com dois assessores em cada sessão, para que um deles ficasse no gabinete quando o outro viesse trazer algum documento ou material ao vereador em plenário caso fosse necessário. O presidente respondeu que a limpeza seria realizada, mas não havia necessidade de dois assessores porque não havia acesso ao público, portanto os gabinetes poderiam ficar sem ninguém. A vereadora Nilda Paula questionou se a retomada das sessões não contrariaria decreto estabelecido para conter a expansão da pandemia, pois havia a limitação para a reunião pública em, no máximo, dez pessoas. O vereador Fernando Carneiro apontou que todas as pessoas envolvidas no retorno ao trabalho legislativo presencial deveriam fazer o teste para detecção do Covid-19 e não apenas os vereadores. Estimando haver muitos aspectos a serem definidos, sugeriu que se fizesse uma discussão mais aprofundada sobre a retomada das sessões presenciais, suspendendo-se nesta sessão a discussão e votação de projetos. O presidente observou que, mesmo adotando a proposta do vereador Fernando Carneiro, haveria pouco tempo restante para o encerramento da sessão e deveria ser adotada uma dinâmica que permitisse maior rapidez na discussão. O vereador Toré Lima sugeriu que, neste caso, o tempo da sessão fosse estendido em mais uma hora. O presidente aceitou esta sugestão e orientou então os parlamentares que desejassem usar da palavra e participar da discussão a inscrever-se no *chat*. Expressou que, sendo o autor da Questão de Ordem, seria o primeiro a pronunciar-se. O vereador José Dinelly justificou depois sua ausência do restante da sessão por necessidade de fazer um procedimento médico. Manifestaram-se posteriormente os vereadores Mauro Freitas, Igor Andrade, Professor Elias, Moa Moraes, Toré Lima, Émerson Sampaio, Dr. Elenilson, Marciel Manão, Adriano Coelho, Simone Kahwage, Gleisson Silva, Sargento Silvano, Professora Nilda Paula, Amaury da APPD, Lulu das Comunidades e Fernando Carneiro. O vereador Émerson Sampaio perguntou se seria estabelecido um percentual máximo de presença dos parlamentares nas sessões presenciais, levando-se em consideração os decretos baixados para combater a expansão da pandemia. O presidente respondeu que, caso a Questão de Ordem fosse aprovada, o setor jurídico da CMB adequaria o retorno das sessões legislativas aos decretos de combate à pandemia e a diretoria legislativa adequaria os procedimentos às sessões semipresenciais. Acrescentou que tudo seria informado à imprensa e à sociedade. O vereador Toré Lima inquiriu se as sessões ocorreriam apenas às terças-feiras, como estava ocorrendo, ou se voltariam a ser realizadas três sessões semanais. O presidente informou que seria retomada a rotina de três sessões ordinárias semanais, de segunda até quarta-feira. O vereador Fernando Carneiro disse que isso não fora expresso anteriormente na formulação da Questão de Ordem e pensava que somente haveria sessões ordinárias às terças-feiras. O presidente desculpou-se por não ter explicitado antes tal informação, confirmando a proposta de realizar novamente três sessões ordinárias semanalmente, em horário regimental. O vereador John Wayne atentou que, observando-se a regra de distanciamento social estabelecida pelos decretos contra a pandemia, caberiam vinte vereadores em plenário na parte de baixo e três vereadores poderiam compor a Mesa, na parte de cima, perfazendo um total de vinte e três vereadores. Doze vereadores poderiam participar virtualmente, por pertencerem a grupos de risco ou ainda apresentarem o vírus. Posta em votação, a Questão de Ordem foi aprovada por maioria, com vinte votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção. O vereador Fernando Carneiro perguntou então se seria retomada a forma normal da sessão ordinária, com Horário do Expediente e Horário de Liderança antecedendo a Primeira e a Segunda Parte da Ordem do Dia. O presidente assegurou que seriam adotados os encaminhamentos necessários para a realização das sessões semipresenciais. Para tanto, informou, seria feita uma reunião *online* envolvendo o setor jurídico da Casa, a Diretoria Legislativa e a Mesa Executiva visando estudar a situação e, até a

manhã do sábado seguinte, os parlamentares seriam informados sobre a metodologia que seria adotada na realização dessas sessões. Acrescentou que seria criado um grupo de *Whatsapp* dos parlamentares para que todos pudessem participar dessa discussão, uma vez que as decisões não cabiam somente à Mesa Executiva da CMB. Posteriormente, o presidente convocou seus pares a se reunir *online*, no dia 28 de maio seguinte, às doze horas, para realizar arguição pública dos profissionais indicados pelo prefeito Zenaldo Coutinho a compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora Municipal de Belém - Arbel, conforme determina a Lei nº 9576/2020, aprovada por este parlamento. Em seguida, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às doze horas. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, pelo Avante; Mauro Fretas e Moa Moraes, pelo PSDB; Gleisson, Igor Andrade e Professor Elias, pelo PSB; Bioco e Pablo Farah, pelo PL; Marciel Manão, Fabrício Gama e Zeca Pirão, pelo bloco Solidariedade - PMN - Patriota; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo PSD-PTC; Wellington Magalhães, Celsinho Sabino e Dinelly, pelo bloco PSC - PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PT - PC do B; Neném Albuquerque, Blenda Quaresma, Paulo Queiroz, Joaquim Campos e John Wayne, pelo MDB; Rildo Pessoa, pelo PTB; Adriano Coelho, pelo PDT; Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Toré Lima, pelo Republicanos; Simone Kahwage, pelo Cidadania; Wilson Neto, pelo PV; Émerson Sampaio, pelo PP; Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 26 de maio de 2020.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário